



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

EDIFÍCIO Vereador PEDRO NOLASCO PIZZATTO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº: 000213/2020



0000000315838

PROTOCOLO Nº: 001596/2020

PROJETO DE LEI Nº 26/2020

INICIATIVA: ELIAS ALMEIDA DOS SANTOS

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA AGUA E DA OUTRAS
PROVIDENCIAS.

AUTUAÇÃO

Aos 10 dias do mês de Março de 2020, autuo o presente processo e documentos anexos que adiante se vê(em) do que, para constar eu, MARCIA ELISABETE DAMMSKI, funcionário encarregado lavrei o presente termo.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

PROJETO DE LEI Nº 026/2020

O Vereador **Elias Almeida dos Santos** infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Araucária a seguinte proposição:

Projeto de Lei Ordinária

EMENTA

Institui o Dia Municipal da Água e dá outras providências.

Art. 1º. Fica instituído o “Dia Municipal da Água, a ser celebrado anualmente, no dia 22 de Setembro, com o objetivo de promover a conscientização sobre o uso correto da água para a nossa sobrevivência, bem como criar soluções para o para o seu manejo. Lembrar a importância do uso sustentável desse recurso e a urgente necessidade de conservação dos ambientes aquáticos, evitando a sua poluição e contaminação.

Parágrafo único. O Dia Municipal da Água fica incluído no Calendário Oficial do Município.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a promover eventos alusivos a data, como:

- I – Desenvolver nas salas de aulas trabalhos sobre a importância da Água;
- II – Programa de incentivo para a população em geral sobre o uso correto da água e como garantir sua economia;
- III- Palestras e workshops com produtores rurais e pecuaristas sobre a importância do manejo correto e sustentável da água em suas respectivas produções;
- IV - Debates sobre o sistema de saneamento básico no município e a gestão dos recursos hídricos;
- V – A criação de programas para a despoluição e conservação dos recursos hídricos do município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Elis

Justificativa

Garantir o acesso à água potável para todos os cidadãos têm sido um dos grandes desafios para os gestores públicos há tempos. Embora seja culturalmente tratada como um bem infinito, a água é um dos recursos naturais que tem dado sérios alarmes sobre o futuro de sua existência, haja vista a enorme intervenção humana no ambiente e as mudanças climáticas.

Segundo dados oficiais, 72% da vazão consumida no Brasil vai para a agricultura, 11% é destinado para o consumo animal, 9% para o abastecimento urbano, 7% para uso industrial e 1% para abastecimento humano rural.

Embora o poder público não deva se escusar de cumprir com seu papel nesse debate, realizar uma boa gestão dos recursos hídricos é um desafio que ultrapassa as paredes de prefeituras, palácios de governo e do próprio Planalto, pois, o tema deve ser discutido com toda a população, a fim de que se aponte possíveis soluções para que a existência de recursos hídricos e seu manejo seja garantido ao longo dos tempos.

Outro fator apontado pela Agência Brasil de Comunicação é em relação aos problemas subsidiários na gestão dos recursos hídricos, tais como:

O desafio de garantir o funcionamento do ciclo hidrológico natural também tem impacto na manutenção dos aquíferos subterrâneos. Os pesquisadores lamentam que o assunto não tenha destaque no debate público e na agenda eleitoral e alertam que, para evitar a próxima crise, é necessário criar um modelo de gestão das águas subterrâneas.

Outro problema que leva à escassez de água é a estrutura precária de saneamento. Considerando as metas estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, do qual o Brasil é signatário, uma das principais preocupações com relação à água é garantir a universalização do saneamento.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), mais de 35 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água tratada no Brasil e o sistema de abastecimento de água potável gera 37% de perdas, em média. A falta de tratamento do esgoto compromete mais de 110 mil quilômetros dos rios brasileiros que recebem os dejetos.

Em relação a saneamento, os dados do IBGE apontam que Araucária possui um nível de 83% de esgotamento sanitário adequado, embora seja um nível considerado alto existe bastante trabalho a ser feito, especialmente em relação a esgotos clandestinos. Deve-se debater também programas de despoluição do trecho dos rios que atravessam a cidade.

Araucária é o segundo município em termos de PIB per capita no Paraná, é uma cidade que está fazendo avanços significativos em relação aos seus números sociais e econômicos, diante desse desenvolvimento, a cidade não pode ficar de fora de um debate tão fundamental quanto esse, gerir os recursos hídricos junto à população é cuidar para que a cidade tenha um futuro próspero e digno para

todos os filhos desta terra.

004

Câmara Municipal de Araucária, 04 de Março de 2020.


ELIAS ALMEIDA DOS SANTOS
VEREADOR

RECEBIDO EM PLENÁRIO
Em: 09/03/2020
Despacho: D.F.; C.F. v

Amanda M. Brunatto Silva Nassar
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Reunião VOTAÇÃO
Em: 11/03/2020
Resultado: Aprovado pelo
unanimidade de
presenças (09F); que a Mesa Ver. Torna.

Fábio Alceu Fernandes
Primeiro-Secretário

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Segunda VOTAÇÃO
Em: 18/05/2020
Resultado: Aprovado pela
unanimidade de
presenças (08F)

Fábio Alceu Fernandes
Primeiro-Secretário

ENCAMINHADO

Ofício nº 74/2020 Em: 19/05/2020
Destino: Def. MUR.

Emanoel B. Savagin
Chefe do Processo Legislativo

A 97 120

Peor. 1596/2020

PROCESSO NUMERADO
002 A. 013.
ARQUIVADO
Em: 20/05/2020



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

FOLHA DE INFORMAÇÃO

À Diretoria Jurídica:

Para Parecer.

Proposição recebida em Plenário na Sessão Ordinária realizada no dia 09/03/2020.

O prazo para análise da matéria será de 20 (vinte) dias úteis para cada Comissão designada, prorrogada por mais 5 (cinco) dias, pela Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado. (Art. 152, I)

Em 10 de março de 2020.

João Guilherme Belo
DIRETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO

Certifico que fiz juntada às folhas 06 a 08, com Parecer Jurídico nº 25/2020, contendo 03 (três) laudas frente e verso.

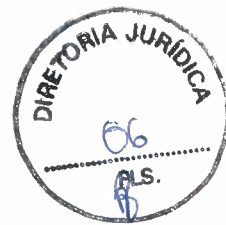
Posto isto, segue à Presidência.

Diretoria Jurídica, 20 de Março de 2020.


Rafaela Moreira Lemos
Estagiária de Direito



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO



PROCESSO LEGISLATIVO Nº 213/2020

PROTOCOLO Nº 1596/2020

PROJETO DE LEI Nº 26/2020

EMENTA: “INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA ÁGUA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

INICIATIVA: VEREADOR ELIAS ALMEIDA DOS SANTOS

PARECER Nº 25/2020

I – DO RELATÓRIO

O Vereador ELIAS ALMEIDA DOS SANTOS propõe à apreciação Plenária, o Projeto de Lei em epígrafe que institui sobre o Dia Municipal da Água.

O projeto vem acompanhado da justificativa, fls. 03, na qual diz em síntese que : “Garantir o acesso à água potável para todos os cidadãos têm sido um dos grandes desafios para os gestores públicos há tempos. Embora seja culturalmente tratada como um bem infinito, a água é um dos recursos naturais que tem dado sérios alarmes sobre o futuro de sua existência, haja vista a enorme intervenção humana no ambiente e as mudanças climáticas.”

Após breve relatório, segue o parecer.

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

II. ANÁLISE JURÍDICA QUANTO A PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI.

Consta na Constituição Federal em seu art. 30, I e posteriormente transcrito para a nossa Lei Orgânica no art. 5º, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local e suplementar a legislação estadual e federal no que couber.

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

No que concerne a propositura do projeto de lei, está expressamente contido no art. 40º, § 1º, “a” da Lei Orgânica de Araucária, que os projetos de lei podem ser de autoria de vereadores.

“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;”

A Magna Carta apregoa em seu art. 225, § 1º, VII que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica,

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO



provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.” (grifo nosso)

Adentrando na esfera de competência dos Municípios o art. 23, VII da Constituição Federal do Brasil especifica os casos de competência concorrente.

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;” (grifo nosso).

Entretanto, o art. 2º do projeto de lei, trata-se de dispositivo meramente autorizativo, cuja edição é vedada, uma vez que, não se pode autorizar o Poder Executivo a exercer função que já lhe é constitucionalmente conferida, sob pena de ser uma disposição meramente didática e inócua, incompatível com a própria instrumentalização da lei, de forma a ferir o princípio da legalidade, disposto no inciso II do art. 5º da Magna Carta.

Desta forma, sugerimos a supressão do artigo 2º para que não esbarre na esfera de competência do Prefeito.

Ademais, a propositura sob análise não incorre em vício de iniciativa, na medida em que o projeto não prevê nenhum ato de ingerência do Poder Legislativo no Poder Executivo, não cria deveres nem gera despesas à Administração Municipal, razões pelas quais não há qualquer impedimento à sua apresentação pelo Vereador.

A propósito, o Tribunal de Justiça de São Paulo já decidiu, a respeito de projetos de lei de natureza semelhante, que:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei que institui como evento cultural oficial do município de Suzano o Dia da Bíblia — Ato normativo que cuida de matéria de interesse local – Mera criação de data comemorativa. Constitucionalidade reconhecida. Não



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

ocorrência de vício de iniciativa do projeto de lei por Vereador. Norma editada que não estabelece medidas relacionadas à organização da administração pública, nem cria deveres diversos daqueles genéricos ou mesmo despesas extraordinárias. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.

(TJSP, Órgão Especial, Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 0140772-62.2013.8.26.0000, rel. Des. ANTÔNIO CARLOS MALHEIROS, j. 23/10/2013)

Insta observar que a presente proposição deve seguir as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, vejamos:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I – a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II – os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III – os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;

IV – os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;

V – o agrupamento de artigos poderá constituir Subseções; o de Subseções, a Seção; o de Seções, o Capítulo; o de Capítulos, o Título; o de Títulos, o Livro e o de Livros, a Parte;

VI – os Capítulos, Títulos, Livros e Partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, podendo estas últimas desdobrar-se em Parte Geral e Parte Especial ou ser subdivididas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso;

VII – as Subseções e Seções serão identificadas em algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e postas em negrito ou caracteres que as coloquem em realce;

Handwritten signature in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO



VIII – a composição prevista no inciso V poderá também compreender agrupamentos em Disposições Preliminares, Gerais, Finais ou Transitórias, conforme necessário”.

Ademais, a inclusão no calendário oficial do Município não gera despesas ao Município.

III – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui-se que a matéria em análise é de competência local, mas deve ser objeto de proposição a ser apresentada pelo Poder Executivo, entretanto, **SE HOUVER O ATENDIMENTO À INDICAÇÃO SUPRACITADA, OPINA ESTA DIRETORIA JURÍDICA PELA REGULAR TRAMITAÇÃO**, devendo ter o seu mérito submetido à apreciação do Plenário desta Câmara Legislativa, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Diante do previsto no art. 52, I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência **da Comissão de Justiça e Redação** a qual caberá lavrar o parecer ou solicitar informações que entender necessárias.

É o parecer.

Diretoria Jurídica, 17 de Março de 2020.


LEILA MAYUMI KICHISE
OAB/PR Nº 18442


RAFAELLA MOREIRA LEMOS
ESTAGIÁRIA DE DIREITO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

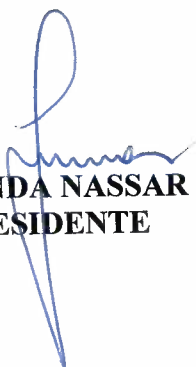


FOLHA DE INFORMAÇÃO

De: Presidência
Para: Comissões Técnicas

Encaminhamos o Processo Legislativo nº 213/2020 (Projeto de Lei nº 26/2020) à sala das Comissões Técnicas para prosseguimento regimental.

Araucária, 20 de março de 2020.



AMANDA NASSAR
PRESIDENTE

Encaminhado ao gabinete do(a)
vereador(a) Wilson Maciel
na data de 14/04/20 para
emissão de parecer.

ESTAGIÁRIA

Departamento Legislativo
Comissões Técnicas Permanentes



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto



PROCESSO LEGISLATIVO Nº 000213/2020

PROJETO DE LEI Nº 26/2020

EMENTA: INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA ÁGUA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Relator - CJR: Celso Nicacio da Silva

PARECER NRº 66 /2020

O presente Projeto de Lei Nº 26/2020 de iniciativa do Vereador Elias Almeida dos Santos "Institui o Dia Municipal da água e dá outras providências." O objetivo do projeto é promover a conscientização sobre o uso correto da água para a nossa sobrevivência, lembrar a importância do uso sustentável desse recurso e a urgente necessidade de criar soluções para o seu manejo.

Tendo em vista o objetivo do projeto é incentivar a população sobre o uso correto da água, desenvolvendo trabalhos em salas de aulas sobre a importância da água, debates sobre o saneamento básico no município.

Desta forma sou favorável ao trâmite normal do projeto ora mencionado; por estar em conformidade com os interesses deste Município.

Sala das Comissões, 04 de Maio de 2020.

Celso Nicacio da Silva
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL

VOTAÇÃO DO PARECER APRESENTADO PELO RELATOR DA CJR SOBRE O PROJETO DE LEI 26/2020

| MEMBRO | FAVORÁVEL | CONTRÁRIO | ASSINATURA |
|--------------------------------------|-----------|-----------|------------|
| Ver. Fabio Alceu Fernandes PSB | X | | |
| Ver. Tatiana Assuiti Nogueira – PSDB | X | | |

Certifico que juntei parecer das
Comissões Técnicas contendo.....
lauda(s).

Comissão(ões): CJP - Nicácio

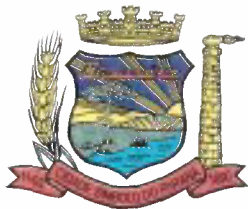
Relator: Nicácio

Encaminhado a Diretoria do Processo

Legislativo em: 05/05/2020

Ass.:

ESTAGIÁRIA
Departamento Legislativo
Comissões Técnicas Permanentes



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO Vereador PEDRO NOLASCO PIZZATTO

PROJETO DE LEI Nº 26/2020

Institui o Dia Municipal da Água e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal da Água, a ser celebrado anualmente no dia 22 de setembro, com o objetivo de promover a conscientização sobre o uso correto da água para a nossa sobrevivência, bem como criar soluções para o seu manejo, lembrar a importância do uso sustentável desse recurso e a urgente necessidade de conservação dos ambientes aquáticos, evitando a sua poluição e contaminação.

Parágrafo único. O Dia Municipal da Água fica incluído no Calendário Oficial do Município.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a promover eventos alusivos à data, como:

- I – desenvolver nas salas de aula trabalhos sobre a importância da água;
- II – programa de incentivo para a população em geral sobre o uso correto da água e como garantir sua economia;
- III – palestras e workshops com produtores rurais e pecuaristas sobre a importância do manejo correto e sustentável da água em suas respectivas produções;
- IV – debates sobre o sistema de saneamento básico do município e a gestão dos recursos hídricos;
- V – a criação de programas para a despoluição e conservação dos recursos hídricos do município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 19 de maio de 2019.


AMANDA MARIA BRUNATTO SILVA NASSAR
Presidente



0012

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO Vereador PEDRO NOLASCO PIZZATTO

OFÍCIO Nº 74/2020 - PRES/DPL

Em 19 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Através do presente, encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 26/2020, de iniciativa do Vereador Elias Almeida dos Santos, aprovado por este Legislativo nas Sessões realizadas nos dias 11 e 18 de maio de 2020.

Atenciosamente.


AMANDA MARIA BRUNATTO SILVA NASSAR
Presidente

Excelentíssimo Senhor
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito Municipal
ARAUCÁRIA – PR

PROTOCOLADO - EXPEDIENTE - 19-mai-2020-11:32-000324-1/3

Prefeitura do Município de Araucária - SMAD



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Na DPL:

O processo poderá ser arquivado.

Em 20 de maio de 2020.

**João Guilherme Belo
DIRETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO**



P.L. 26/2020
ELIAS.

0014

Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Administração

LEI Nº 3.622 DE 08 DE JUNHO DE 2020

Institui o Dia Municipal da Água e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal da Água, a ser celebrado anualmente no dia 22 de setembro, com o objetivo de promover a conscientização sobre o uso correto da água para a nossa sobrevivência, bem como criar soluções para o seu manejo, lembrar a importância do uso sustentável desse recurso e a urgente necessidade de conservação dos ambientes aquáticos, evitando a sua poluição e contaminação.

Parágrafo único. O Dia Municipal da Água fica incluído no Calendário Oficial do Município.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a promover eventos alusivos à data, como:

I – desenvolver nas salas de aula trabalhos sobre a importância da água;

II – programa de incentivo para a população em geral sobre o uso correto da água e como garantir sua economia;

III – palestras e *workshops* com produtores rurais e pecuaristas sobre a importância do manejo correto e sustentável da água em suas respectivas produções;

IV – debates sobre o sistema de saneamento básico do município e a gestão dos recursos hídricos;

V – a criação de programas para a despoluição e conservação dos recursos hídricos do município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 08 de junho de 2020.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária



DIÁRIO OFICIAL
MUNICIPIO DE ARAUCARIA

Lei n° 3622/2020

Institui o Dia Municipal da Água e dá outras providências.

[Clique aqui para visualizar o ato: 3.622-2020.pdf \(https://araucaria.atende.net/atende.php?3.622-2020.pdf\)](https://araucaria.atende.net/atende.php?3.622-2020.pdf)

rot=25021&aca=860&processo=getContent¶metro=%7B%22selecionar%22%3Afalse%2C%22selecionar_multipla%22%3Afalse%7D&chave=%7

Assinado por: **MUNICIPIO DE ARAUCARIA**

Matéria publicada no dia 16/06/2020. Edição 605/2020